

## AINDA A EPICA PORTUGUESA (Nótulas de auto-crítica)

Para Mr. ARCHER M. HUNTINGTON

No livro respeitante á poesia épica portuguesa, que a Universidade de São Paulo generosamente me publicou (1), ha varios erros tipográficos e algumas idéas. Os erros são de responsabilidade alheia. A das idéas, naturalmente e sobretudo a das concernentes á génese das epopéas no seu caso português, é minha. Mas tambem minha será a responsabilidade das lacunas que ha na exposição dessas idéas. Uma dessas deficiências acima de todas, me doe: a falta de relêvo com que aparece uma idéa primacial e prenhe de consequências, a do espirito de rivalidade dos portugueses, no auge da sua psicose de heroísmo, com os antigos.

Deixo os erros tipográficos á benevolencia e perspicácia dos leitores entendidos e trato de remediar os males de minha própria responsabilidade ou de responsabilidade das circunstâncias pouco propícias em que tive de compôr este livro (V. prefácio, pags. 11-13).

Deficiências forçosamente as havia de ter, porque não pensei nunca em esgotar as matérias dos seus vários capítulos. Seria êsse um capricho de amator, porque em tais estudos a verdade é só aproximativa e tal aproximação pode fazer-se por vários caminhos. Apenas me cumpria fixar um ponto de vista e assinalar as direcções várias que dêle se enxergavam e as consequencias lógicas a que essas direcções conduziam e que a documentação confirmava. Contudo, algumas deficiências de composição devem ser confessadas desde já.

E a primeira, que logo ocorrerá ao leitor, é que se pode contestar a linhagem camoneana de vários dos poemas enumerados no capítulo I da Parte I.

Responderei que, sempre que houve um endeusamento de heróis da história e uma tentativa de cristalisar poeticamente essa visão lendária de alguém ou de algum feito, se entrou na tradição camoneana, porque essa apologia do heroísmo marcial ou êsse entusiasmo pelo glória das grandes realizações individuais é coisa da Renascença e, após tentativas fracassadas, entrou e estabeleceu-se

(1). V. A Épica Portuguesa no século XVI (Subsídios documentares para uma teoria geral da epopéa). São Paulo, Brasil, 1950. 408 pags.

no mundo da língua portuguesa pelo verbo camoneano. O poeta dos *Lusiadas* é o avô incontrastavel de todos os poetas heróicos posteriores, quer o saibam ou não os netos longínquos, mesmo quando o usufructo do seu legado transbordou os limites tipicamente épicos da Renascença, na forma e no fundo. Seria como negar a ascendência romântica da novelística de hoje porque a sua composição interna e a concepção da vida, dos romancistas contemporâneos, os aparte de Walter Scott, Victor Hugo e Balzac. A grande criação literária desentranha-se, debaixo da acção do tempo, isto é, sob a influência dos sucessivos meios ledores e interpretadores, em frutos variados; e tão variados que podem até contradizer aparentemente a sua génese primitiva, como contradiz o donjuanismo romântico ao seu distante avô, o petrarquismo platónico.

Passando ao Capítulo III da mesma Primeira Parte, logo os especialistas terão muitas observações a opôr. Dirão os helenistas que não foi suficientemente abeirada a questão homérica; os germanistas, os romanistas e os hispanistas o mesmo quanto às origens das epopéas ou dos ciclos épicos dos seus respectivos domínios. A isso contraporei muito fáceis explicações.

Nada mais longe do meu espírito do que fazer alguma recapitulação dessa questão homérica e das outras questões épicas, germanica, francesa e castelhana. Só quiz acentuar o que se avançara desde que se saíra do método de aplicação de ideas gerais concebidas em abstracto ou só fundadas sobre o primeiro fóco épico estudado, o helénico. Foi a consideração das singularidades históricas de cada caso, tomado como um fenómeno peculiar de um certo ambiente social, que produziu alguns ganhos na compreensão do problema. Era oportuno fazer uma breve revista dessas velhas ideas com sua falácias e dêsse velho método de generalização de coisas preconcebidas. Mas de modo nenhum me cabia fazer uma síntese vulgarisadora de esforços e conquistas que só conhecia de segunda mão. Síntese que nada adeantava para os especialistas e que para o público profano estava feita por quem de direito a podia fazer. Por isso nem sequer citei obras dêsse tipo, como as de Aimé Puech e Edmond Faral.

A proposito do caso helénico é que o leitor entendido poderá fazer dois justíssimos reparos. Eis o primeiro: como fui eu citar passos da *Poetica* de Aristoteles pela velhíssima edição, comentada por Anne Dacier? Muito bem conhecia eu as modernas e acessiveis edições críticas de J. Hardy, Rostagni e Valgimigli, mas tinha-as muito longe no momento em que escrevi aquêlê passo (Pags. 40-42). Tive de utilizar os recursos da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, onde só existe a de Mme. Dacier. Escrevi aquelas linhas em plena zona salaia, no meu casebre solitário a muitos kilometros da cidade, que estava então entregue a umas festas históricas, ruidosas, inoportunas e não destituídas de intenção partidária. Comemorava-se a tomada de Lisboa aos mouros por Afonso Henriques em 1147. E eu estava no coração da zona hortícola, para onde haviam sido

expulsos os vencidos do século XII. Certa manhã, cansado e atraído pelas brisas retemperadoras dos campos, assomei-me á janela da minha sala de trabalho: pelos caminhos pedregosos avançavam as vacas, a babar-se e a bimbalar os chocalhos tristes, conduzidas por creanças meio esfarrapadas e impacientes contra o destino, a castigar os magros animais. A distancia, curvados sôbre a gleba esgotada, os pais arrancavam-lhe as raízes e as energias para se manterem ante os vencedores desdenhosos de ha oito séculos. Tão longo abandono sem remissão despertou-me uma grande piedade. Reentrando, esquecido já de Homero, de Madame Dacier e da ovante poesia épica portuguesa do século XVI, escrevi, de uma penada, algumas páginas compassivas, uma elegia em prosa ou uma litanía por aqueles vencidos do século XII, de quem ninguém se lembrava. E foi esta a origem daquêle capítulo, sôbre os saloios, do livro *Um coleccionador de angustias*, parêntesis de alívio de um espírito fatigado em meio de um dédalo de idéas e teorias sôbre a expressão literária dos maiores triunfos dos homens contra os homens: Foi uma atracção de contrastes.

O segundo justíssimo reparo, que os helenistas poderão fazer, é a falta de precisão com que uso as designações “aedo” e “rhapsodo”, que em verdade etiquetam ou rotulam coisas diversas: cantores ambulantes uns e outros, mas em épocas diferentes, antes de Homero e depois de Homero, ou, se preferem, preparadores de Homero e derivados dos poemas homéricos, cosendo-os nas várias partes, em que o seu canto os decompusera antes, para a distribuição dos papéis, como numa representação dramática. Não ha, pois, indiscriminação, ha apenas imprecisão no emprego dessas designações.

Na Parte Segunda é que mais deficiências poderão ser apontadas. E natural é que assim seja, porque só cuidei de exemplificar trilhos que, repito, não pude nem quiz percorrer até ao fim. O livro é um ensaio e não um tratado exaustivo. Não esgotei os índices da ambiencia lendária, em que se formaram os valores poéticos ordenados no mundo camoneano. Qualquer estudioso, que tenha um sólido cabedal de erudição e disponha de bibliotecas ricas no fundo antigo, pode apontar alguns índices, levando mais longe a sua investigação sobre a sintomatologia da febre heróica. Bastar-lhe-ha fazer nova leitura dos autores do século XV e dos primórdios do século XVI, e considerá-los dêsse especial ponto de vista: que encerram êles de espírito heróico, apologético e desfigurador das coisas? Em que se juxtapõem ou se afastam os seus dizeres? Quais dêses dizeres justificativos e valorativos vieram a perdurar e a constituir tradição? Não será mesmo necessário compulsar de novo os autores mencionados pela história literária que eu deixei de consultar; até os das minhas rubricas, dessa Parte Segunda, muita coisa poderão ainda oferecer. Não são limões espremidos até à secura. Os textos diplomáticos da propaganda oficial e do convívio dos reis portugueses não estão todos divulgados; na poeira dos arquivos nacionais e estrangeiros, sôbre tudo de Hespanha e do Vaticano, mui-

ta coisa haverá para se recolher acerca dessa versão oficial da política marítima portuguesa, considerada por um prisma heróico e autolatra. Também o estudioso, que possuir um conhecimento íntimo da bibliografia humanística italiana, e não só italiana, talvez mais ainda a epistolar, poderá compendiar outros juízos dos humanistas acerca dos descobrimentos dos portugueses (2). Estes descobrimentos, que iam revelando a Terra, estavam impregnados de um sensacionalismo de certo modo paralelo ou espiritualmente aparentado aos descobrimentos temporais que elles iam fazendo da cultura antiga. Se elles contribuíram muito para formar uma opinião universal de calorosa curiosidade, foi por êsse estado moral, pronto ao deslumbramento por toda a novidade que fizesse crescer o homem, no tempo e no espaço.

Os modernos historiadores da mente renascentista vão-se esquecendo dêste atributo essencial do caracter do homem do século XV-XVI, talvez por se limitarem ao estudo do ambiente italiano. Para Burckhardt, a curiosidade geográfica dos italianos mais representativos era o desejo de navegar pelo Mediterraneo homérico e virgiliano, e devassar aquelas meio misteriosas Hungria, Polonia e Mosco-

(2). A respeito da estada de Cathão Aquila Século em Portugal nos últimos decênios do século XV e do seu poema sobre a tomada de Arzila está D. Duarte Cristina da Silva fazendo uma recapitulação critica na revista de Guimarães, Gil Vicente, que noticias novas trará para o meu especial ponto de vista.

E a respeito de D. Jerónimo Osório me comunica o Prof. Gerald M. Moser, meu querido amigo, os informes a seguir transcritos e desde já muito agradecidos. Folheei em tempo com atenção a obra latina de D. Jerónimo Osório, quando projectei occupar-me do humanismo em Portugal. Ainda conservo a tradução, que fiz, da sua biografia anteposta às suas *Opera Omnia* por um sobrinho e homônimo. Apurci então que elle era dos autores ibéricos mais vèzes editados fóra da península e que precisamente esta obra, *De Gloria Libri Quinque*, fóra a primeira obra impressa em Lisboa. E seguem os apontamentos proporcionados pelo Prof. Gerald M. Moser:

Na sua dedicatória ao rei D. João III, a qual introduz o livro *De Gloria*, o bispo D. Jerónimo Osório expressa nos seguintes termos o favor especial com que Cristo aumenta o poder dos portugueses:

"In tuis (i. e. Joannis tertii Lusitaniae regis) autem laudibus illa est omnium clarissima, quod Christus numine suo te protegit: tibi praesens adest: prote pugnam capessit: quod cum alias saepe numero, tum ab hinc triennio fuit in India, hostium etiam confessione declaratum. Christi enim numen hostium impetus repressit: nostros in summa paucitate, rerumque omnium indigentia coelesti praesidio communit: exercitum maximum & robustissimum e Turcis & aliis bellicosos nationibus Solymani opibus & imperio conflatum deleuit: atque ne plura dicam recenti clarissimi facinoris exemplo, memoriam victoriarum quae fuerunt olim diuinitus Abrahamo, Gedeoni, Dauidi, aliisque uiris sanctissimis cœcesae, renouauit. Hoc igitur his tantis rebus es assecutus, ut cum gloriae causa nihil facias, incredibili tamen apud omnes populos gloria circumfluas".

(J. Osório, *De Gloria*, Florença, 1552, pags. 10-11). Se o autor se refere ao segundo cerco de Diu, como é de Diu, como é provável, a dedicatória dataria de 1549).

Depois, no quarta livro da sua obra, Osório insiste em que os feitos dos portugueses se devem a duas causas, a ajuda divina de Cristo e o valor humano, animado pelo desejo da "verdadeira" gloria.

"Haec quidem tanta sunt, ut impium facinus sit ea humanae virtuti, & non potius auxilio Christi, qui nostris saepe presentiam suam declarat, adscribere. Sed si est aliquid humanae fortitudini tribuendum, quae tamen ipsa in diuinis beneficiis numeranda est, nihil in nostris hominibus uideo in quo tam multis gentibus excellant, praeter eximiam laudis cupiditatem". (op. cit. pag. 188).

via. E para Dilthey, o esforço de Portugal é quase desconhecido, pois na sua obra acêrca do homem e do mundo nos seculos XVI e XVII, — de 1913, quando já se haviam feito grandes progressos na reconstituição da história dos descobrimentos marítimos — só apparecem os nomes de Camões, uma vez, e de Francisco Sanches, duas vezes, de cambulhada com outros muitos que recordam aquêlê fulgurante surto de individualidades geniais. Ora o espirito renascentista foi um súbito enriquecimento ou crescimento da consciencia humana pela incorporação de uma experiencia passada, a dos antigos, e pela ampliação do cenário da vida humana, com todas as suas incontaveis e estonteadoras consequências. E se o crescimento temporal se deu, principalmente por obra e graça dos italianos, o crescimento espacial foi também principalmente obra e graça dos portuguezes, até ao surgir de Colombo e dos hespanhois atraz dêle. Em geral os portuguezes e os hespanhois são pouco lembrados nessa interpretação do homem quinhentista, do homem evadido do mundo gótico e bíblico.

Talvez parte consideravel da culpa desta omissão caiba aos próprios portuguezes que não saem de seu reduto a impugnar essas interpretações mutiladas e claudicantes, e a fazer valêr as suas legítimas reivindicções. Mais exportamos o nosso arcaico espirito épico do que o vivo e fecundo espirito crítico — fecundo mesmo quando ao juizo comprehensivo do espirito épico do passado se applique... Aqui está um bom tema para alguma dissertação doutoral de jovem universitário, que disponha de toda a bibliografia especialisada: lugar do Portugal da Renascença, nas interpretações históricas da Renascença.

Tambem no esforço pela universalisação da epopêa das navegações tem de haver um aspecto polemico, bem inteirado de quanto se diz e se escreve nos meios estranhos e nas línguas que fazem opinião mundial. A êsse aspecto militante da crítica sobre Camões e os *Lusiadas* aludo a pag. 310-311, nota 38, da *Epica Portuguesa no seculo XVI*. Forçoso me é, porém, confessar outra pequena lacuna dessa nótula. Não me refiro ali ao esboço de discussão entre os illustres professores Myron M. Jirmounsky e Hernani Cidade. O critico russo, em conferências pronunciadas em Paris (3), lamenta a rudimentar psicologia dos heróis da epopêa portuguesa e opõe-lhe a riqueza maior dos da *Jerusalem Libertada*, de Torquato Tasso. Responde-lhe o professor portuguez no escrito *A Vida Interior nos Heróis dos "Lusiadas"* (in *Mélanges d'études portugaises offerts à M. Georges Le Gentil*), recordando a substancia fantasiosa dos herois de Tasso e a

(3). Não tendo à mão os escritos do Prof. Myhon Malkiel Jirmounsky para dêles dar uma descripção bibliográfica, peço-lhe licença para transcrever de uma carta sua o passo a tais escritos referente: "... l'essence de mes cours fut publiée: 1) sur le Tasse: (sous le titre *L'art de T. Tasse dans la G. L.*) — *Etudes italiennes*, Paris, 1925 p. 204. et suiv., 1926, n.o 3 et 4 *Revue du XVI ème Siècle*. Paris, t. XIV; 2) sur Camões (sous le titre *Les Procédésitt. de Cam. dans les L.*, dans la *Revue du XVI ème. Siècle.*, em 1931 (ou 1932, mais je crois que c'est 1931)... "Mon étude sur Camões, d'ailleurs a été publiée (en résumé) dans une traduction portugaise dans le *Seara-Nova* (1932). n.o 307..."

realidade histórica dos heróis da epopêa portuguesa, o predomínio dos traços sumários da sua vida activa sobre a sua vida íntima, a sua eloquencia, e ainda a presença de algumas figuras femininas de complexão moral bem diversa da complexão heroica.

Ambos os autores teem razão. Mas o crítico russo nota o que não existe nos *Lusiadas*, nem tinha que lá estar, porque uma epopêa clássica, de fiel essencia clássica, é um conglomerado de heroísmo, mar e céu, e esse heroismo é movimento batalhador e tem eloquencia justificativa e exortiva. Os heróis clássicos, de ascendencia homérica, não teem que se entreter em complicadas analyses psicológicas à Paul Bourget ou Marcel Proust, só teem de ter ideas claras e palavras claras sobre os seus impulsos heróicos, sobre os seus deveres dentro da concepção heroica da vida e no desempenho de uma tarefa superior, cometida pelo destino ou pelos deuses. Eis por que na *Iliada* mais de metade do texto é de palavra falada e esta cheia de narrativas de acção e movimento. A imortal caricatura do espirito heroico, o *Quijote*, está cheia de discursos em obediencia ao seu constante palalelismo com a epopêa prosificada da novelística de cavalarias. O Prof. Jirmounsky poderia tambem estranhar a brevidade das adrencias líricas e das confissões pessoais do poeta na sua obra, mas neste caso estranhava o que ali está, não em brevidade, mas em excesso, porque alterou a pureza épica da obra, aquêlê tipo de pureza estructural, a que faço alusão na pag. 340. Poderia ainda notar a falta de descrições de interiores; a ausencia da creança, o desconhecimento das morbosidades morais e tudo que o quadro dos temas literários modernamente admitiu. Mas neste caso analisava uma obra genial do século XVI com o cabedal histórico-literário da experiencia burguesa do século XIX. A acção de uma epopêa de ascendencia homérica decorre à face dos elementos da natureza; e os seus protagonistas são heróis na plenitude da força e da normalidade sadia, realizam aquêlê ideal de perfeição física e moral que hoje se procura imolar na aviação de guerra.

A razão do professor português é tambem um pouco supérflua, como a do russo, porque se esforça a provar a presença de coisas que não tinham de estar nos *Lusiadas* ou que deviam estar nas proporções em que estão. Por muito que se simplifique a vida interior dos heróis de tipo clássico, de quando a guerra era destreza pessoal, alma grande, concentração de forças físicas e morais no escopo em vista e palavras claras como as ideas eram singelas, jamais se apaga ou suprime a vida interior. O que ha na epopêa antiga é um erro psicológico, apenas notório aos olhos dos modernos, quando à concepção estatuária do carácter humano sucedeu o grande alastramento do subconsciente: é aquêlê esforço oratório para explicar e justificar objectivamente o que nêles era puro instinto e pura determinação das zonas obscuras do caracter, embriaguez sangrenta, cegueira da razão, passividade dos planos superiores do caracter ante as injunções que sobem das profundezas misteriosas do colectivo, do social, do multitudinário...

Este esboço polémico da divergencia entre dois nobres espiritos — Jirmounsky e Cidade — traz-me à lembrança outra discussão, mas esta verdadeira e acesa polémica, entre o meu velho mestre José Maria Rodrigues e o velho e glorioso almirante Gago Coutinho. Também lhe devera ter feito referencia naquela nota 38.<sup>a</sup>. Envolveram-se os dois sábios numa árdua discussão àcerca da fonte da rota de Vasco da Gama, segundo o poema: era única a fonte ou foram duas? Teria o poeta mesclado com essa ou com essas fontes as suas reminiscencias pessoais, pois que êle fizera tambem essa viagem de Lisboa às Indias Orientais? Evidentemente ambos os contendores tinham e deixavam de ter, às vezes, razão. Dissipavam, Rodrigues uma opulenta erudição livresca e Coutinho um vasto saber de história náutica, para provar o improvavel ou para negar o inegavel ou fazer descobertas evidentes, porque ambos esqueciam a índole essencial de um poema épico, não uma crónica, a constituição da mente poética e de toda a obra de arte literária, que é sempre um caso pessoal e uma confissão auto-biográfica. O que o gênio faz é pôr significado humano e vibração universal nessa experiencia individual e singular. Toda aquela abundante folhetada, que ambos generosamente me iam oferecendo, era como o trabalho vão dos moinhos que não moem nada, das cadeias inglêsas. . . Um dia, não me atrevendo a dizer estas coisas ao meu antigo professor, passei-lhe à mão o livro de Fraccaroli sobre o irracional na literatura; e êle restituiu-mo, tempos depois, sem ter descoberto a minha intenção.

\*  
\* \* \*

O capítulo sobre as tapeçarias luso-indianas, aquela moda europeia sugerida pela emoção do descobrimento da India, que se estendeu até meiado do século XVIII, poderá ser ampliado por historiadores da arte, conhecedores mais profundos do conteúdo dos museus das grandes capitais. Eles poderão inventariar novas peças de tecelagem flamenga de matéria ou influencia portuguesa, que subsistam em colecções públicas ou particulares e que venham confirmar a existencia difundida desse gosto. O dado documental mais antigo que pude colher é de 1504, mas quem sabe se antes dessa data outras tapeçarias “à moda de Calicut” se teceram e se haverá noticias de outras posteriores, com que se adense ou robore a tradição reconstituída naquela obra? O que obtive, devi-o à excelente biblioteca especializada do Museu dos Condes de Valencia de D. Juan, de Madrid, mas o meu ponto de vista era histórico-literário apenas. Cumpriria completa-lo com outro ponto de vista, o da história técnica da arte da tapeçaria, baseada no exame concreto das peças subsistentes, como fez John Böttinger em Stockholm, com a espécie guardada no museu daquela capital. Nem o exame das colecções portuguesas, ou guardadas em Portugal, se completou ainda. Por exemplo a da Casa de Bragança. Mais uma observação discriminatória cumpre fazer

nesse tema das tapeçarias luso-indianas: é que de certa data em diante, sem duvida por influencia da occupação holandesa de parte do território setentrional do Brasil, essa moda de exotismo bifurcou-se; houve uma tapeçaria indiana oriental e outra indiana occidental. Já no proprio documento setecentista, que reproduz a págs. 160-161, consta essa bifurcação de temas no gôsto unico de exotismo dos territorios descobertos na era das grandes navegações: “le mêmê gôut des Indes” mantinha-se no mundo da tapeçaria, mas havia-o “dans les Indes orientalles et occidentales”. Foi a chegada a São Paulo, para o seu Museu de Arte, de uma tapeçaria desse gôsto, que me advertiu desta bifurcação do indianismo do gôsto das tapeçarias exóticas (V. *Diario da Noite*, São Paulo, 26 de Junho 1950).

Também aquelle episódio ou pormenor do Juizo Universal, de Miguel Angelo, é susceptivel de um mais detido exame. Agora inverte-se a situação que apontei a respeito das tapeçarias: a contemplação, em conjunto e em pormenor, da obra de Miguel Angelo não oferecerá muita coisa mais. O que é legitimo é esperar mais algum documento sôbre as relações do artista com o mundo português, durante a gestação da obra, e achar na moderna critica italiana de interpretação do grande “fresco” da Capela Sixtina razões confirmadoras ou denegadoras da forma de compreensão de Costa Lobo. Quem sabe se essa compreensão portugueza levará algum elemento novo aos criticos italianos para aclarar as dúvidas sôbre êsse episódio um pouco enigmático — o salvamento de dois povos exóticos, já no rebôrdo do abismo, pela força espiritual do rosario! Só uma noticia muito especializada, mesmo exaustiva, da erudição e da critica miguel-angelesca poderá ampliar esse capítulo.

No capítulo derradeiro da Parte Segunda, sobre a contemplação do universo, dirigi a minha recapitulação para a poesia astronômica e astrológica da Antiguidade, ponto de partida de toda a nossa cultura, mas desde certa altura confinei-me no mundo italiano, não somente por seguir um bom guia nêsse vasto mundo, o Prof. B. Soldati, ainda por não conhecer nas outras histórias literárias veios tão volumosos e patentes dessa poesia. Soldati, como editor de Pontano, por ventura o maior poeta dessa tradição astronômica, suscitou reacções e censuras (V. *Erasmus*, n.º III, pag. 81), mas a sua síntese da história da poesia astronômica, em suas linhas gerais, está válida ainda e é obra excepcionalmente prestimosa. Tem as outras literaturas não somente sua tradição de poesia astronômica, mas também seus historiadores e criticos dela? Não é possível transformar a demonstração de uma tese acêrca da gênese da epopéa numa enciclopédia do saber humano. Então devêra também considerar a épica escandinava, porque a ela se articula o mundo arcáico da épica germânica. E lacuna maior seria ainda não haver considerado o caso inglês. Mas só os comparatistas dispõem de noticias seguras de mais de uma história literária. A comparação das várias fermentações épicas, de que ha noticia, só poderia ser feita por especialistas asso-

ciados e, na maior parte dos casos, mais sôbre os textos épicos do que sôbre documentação àcêrca dos ambientes históricos imediatamente anteriores, como foi possível no caso português.

E assim sucessivamente, a cada capítulo respeitante à ambiencia lendária, muitos dados novos se poderiam juntar ou procurar ao menos. E talvez também se lhes pudesse antepôr índices contrários de atitude anti-heróica, do tipo de Garcia de Rezende, Sá de Miranda e Damião de Goes. Nesta hipótese, a atmosfera ganhava caracter polémico ou combativo, tornava-se mais candentemente aliciante, mas a tese em nada sofria, porque fôra o veio épico o vencedor sôbre o veio crítico ou supostamente crítico ou só indiferente. Algumas vezes se havia de concluir que não existiria tal atitude crítica, mas apenas carência de sensibilidade ou uma cêga incompreensão — como mais tarde a de Filinto Elysio, em meio da forja romântica, amigo de Lamartine e sem perceber ou sem sentir o romantismo nascente. O próprio rei D. Manuel I, apesar de ter sido o fulcro pessoal dêsse ciclo épico das lendas da Índia e de haver assumido uma posição de autolatria aproveitadora de todas as lisonjas e adulações, não terá percebido o seu tempo na íntima significação psicológica dêle. As suas relações com os grandes homens ou com os heróis da epopêa expressam mais incompreensão do que a tal ingratidão negra, que lhe assacam os historiadores. Não lhes reconhecendo proporções de gigantes ou de casos históricos singulares, também não adoptou para com êles tratamentos de excepção. O espirito épico não envolve capacidade de discernimento julgador; e as ideas da época faziam tudo attribuir á acção pessoal do rei, como representante de um poder de origem divina.

\*  
\*   \*  
\*

Ha, porém, no livro uma idea essencial que está mal anunciada ou afogada no aparato erudito. Na Parte Segunda, a que procura documentar a formação de um ambiente lendário, desfilam algumas dezenas de autores com seus depoimentos, autores portugueses e não portugueses, de muito variada proveniencia: cronistas e embaixadores, humanistas e comediógrafos, guerreiros e homens de ciência, poetas e moralistas, e até um filosofo profissional. Todos ou quase todos coincidem na formulação de um lugar-comum, que é já uma conceituação judicativa da matéria: que os feitos dos portugueses nas empresas da navegação e da conquista ultramarina excediam os dos antigos, quer os verdadeiros, quer os fantásticos. É como um ponto de convergência, fóco da lente através da qual os factos são observados ou como ponto de vista de uma perspectiva arrumadora e desfiguradora.

Camões encontrou o quadro dos valores heróicos assim composto, com essa mira ou essa tendencia, como se fosse tudo um esforço indefesso de superação dos antigos, então na sua plena hegemonia. E o poeta acatou esse quadro e, ao convertê-lo em poema ou pano-

rama de valores poéticos, articulou-o a um novo fio condutor, o da sua demonstração plástica; o que nos heróis era convergência dinâmica para uma capitalização heróica, superior á herdada dos antigos, é no poema arrumação estética e lógica — a lógica da arte, que é a força do relevo emocional. E era com êsse relevo de expressão e emoção coordenadas que se fazia a demonstração da tese. Depois a tese patriótica alarga-se em tese humana. É êsse o valor universal dos *Lusiadas*.

Logo anuncia a sua tese, de um modo genérico, em parte da proposição, na última e inolvidável estrófe:

Cessem do sábio Grego e do Troiano  
As navegações grandes que fizeram;  
Cale-se de Alexandre e de Trajano  
A fama das vitorias que tiveram;  
Que eu canto o peito ilustre lusitano,  
A quem Neptuno e Marte obedeceram.  
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,  
Que outro valor mais alto se alevanta.

Depois faz-nos presenciar a longa sucessão dos valores heróicos recebidos do seu ambiente e por êle arrumados num panorama epohistórico ou na vasta unidade vital do seu povo. E, nalguns momentos do desfile, adverte-nos ou recorda-nos que estamos assistindo a uma parada com tendencioso fim, que é a comparação emuladora com os antigos. Os mitos da epopêa cavalleiresca francesa e italiana, do ciclo carlovingio, de Boiardo e Ariosto entravam também no desafio comparativo. A êles se devia o entusiasmo épico da Renascença — força disponível que vagava á procura de materia nova e condigna. Abarca-os nas estancias 11.<sup>a</sup>-14.<sup>a</sup>, nomeando-os expressamente e opondo-lhes Nun'Alvares, Egas Moniz, Fuas Roupinho, o Magriço e os Doze de Inglaterra, Vasco da Gama, reis vários e os heróis da Índia, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro.

Nas estancias 30.<sup>a</sup>-32.<sup>a</sup>, o ofuscado é Bacho, mas como êste era deus e tinha bom valimento junto de Jupiter, pode resistir ao seu destronamento pelos portugueses e enredar todo o novêlo de intrigas que dão a poetica explicação dos embaraços á viagem do Gama.

No Canto II, estancias 44.<sup>a</sup>-55.<sup>a</sup>, ha a promessa formal de Jupiter a Venus, de que os gregos e romanos serão esquecidos ou ofuscados pelos portugueses, promessa logo seguida do anúncio de factos vindouros que a hão-de confirmar. E o canto fecha com a evocação de proezas da Antiguidade, perpetradas com fé cega na glória, fé alheia ao valôr intrinseco das próprias façanhas, para concluir pela justiça da glorificação dos feitos portugueses (est. 112.<sup>a</sup> e 113.<sup>a</sup>). O paralelo segue sempre. No Canto III, estancia 41.<sup>a</sup>, é a fidelidade de Egas Moniz, contraposta á do persa Zopiro; na est. 100.<sup>a</sup> são os esforços ingentes dos poderosíssimos exércitos assirios e hunos que são excedidos pelos dos sarracenos, que os portugueses, e tambem

os castelhanos desta vez, desbaratam no Salado. Nas est. 116.<sup>a</sup> - 117.<sup>a</sup> os termos de comparação ou os feitos ultrapassados são da história romana, das suas lutas civis, crueis e sangrentas. Mas no Canto IV, est. 86.<sup>a</sup>-89.<sup>a</sup>, o paralelo regressa a Eneas e ao mundo virgiliano, suas divindades e encantamentos, suas pobres tempestades e todas as fábulas incomparáveis á realidade histórica pelos portugueses creada. E conclue:

A verdade que eu conto, núa e pura,  
Vence toda grandiloqua escritural

Pouco adiante é o próprio Vasco da Gama que toma nas mãos a defesa dos seus créditos contra a fama de Eneas — a qual, recorda, se deve principalmente ao poeta que o celebrou ante o mundo.

No Canto VI, no segundo concílio dos deuses, outra vez se opõe, na palavra de Bacho, o esforço dos portugueses, precariamente humanos, aos velhos prodigios dos deuses do mar; esses portugueses parecem-lhe tão soberbos e insolentes que pretendem reduzi-los a proporções humanas e tornarem-se êles deuses. . . Evoca o poeta os feitos fabulosos de Bacho, precisamente os da India, que vão ser ofuscados, e afirma que estes Hannibaes portugueses jamais conhecerão nenhum Marcello (Canto VII, est. 51.<sup>a</sup> e 71.<sup>a</sup>). Volta a contrapô-los a Cesar e Alexandre, ao consul Postumio, remontando a Viriato e aos lusitanos da resistencia aos exercitos de Roma, e torna a aludir à destituição do governo indiano de Bacho pelo dos novos descobridores e conquistadores (VIII, 12.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup>, 36.<sup>a</sup> e 49.<sup>a</sup>). No Canto IX, Venus reafirma que os crê verdadeiros continuadores da gloria romana; e no X, Duarte Pacheco, com sacrificio da illustre Grecia ou Roma, “a palma a todos toma” (19.<sup>a</sup>). Êste foi na guerra “forte e sabio”, mais que Milciades e Leonidas (21.<sup>a</sup>). Duarte de Almeida, o Decepad, excede a Mucio Scevola (30.<sup>a</sup>) e Heitor da Silveira, em Diu, faz nos guzerates mais dano que Heitor, de Tróia, nos gregos (60.<sup>a</sup>).

Mas Camões, com sua simpatia humana de grande poeta, não podia limitar-se á passiva aceitação da paisagem de valores heróicos já desenhada pela colectividade e á elaboração astística dela; ampliou-a e aprofundou-a. Os portugueses, no seu século heróico, não excediam os antigos sómente em realisações gloriosas, tambem os ultrapassavam na dôr e no sofrimento, em tudo competiam com êles, no bem e no mal, sem esquecer a traição. . . E para êsse alargamento da tese, alarga tambem o alcance do seu paralelo: como apontou os casos de superação dos heroísmos antigos, apontará, passo a passo, os casos de superação da adversidade dos antigos.

Ei-los:

Afonso Henriques, vencido e aprisionado em Badajoz por Fernando VII, de Leão, excede a pena de Pompeu, vencido por Cesar (III, est. 71.<sup>a</sup> -73.<sup>a</sup>). As cruezas mortais de Mario e Sila, com suas perseguições, serão esquecidas ante as cruezas perseguidbras de

Leonor Teles aos seus inimigos (IV, 6.<sup>a</sup>). Outra vez recorda as guerras civis de Julio Cesar e Pompeu Magno, a proposito da presença de alguns portugueses em Aljubarrota, batendo-se pelo rei castelhano; e acrescenta melancolicamente que também entre os portugueses “alguns traidores houve algumas vêzes”: não só em Roma houve Sertorios, Coriolanos e Catilinas (32.<sup>a</sup> e 33.<sup>a</sup>). O sacrificio do Infante Santo, captivo perpetuo em Tanger, para evitar a perda de Ceuta com o seu resgate, excede os de Codro, Regulo, Curcio e dos Decios. A vitória indecisa de Toro deve-se á firmeza do Príncipe D. João — e essa firmeza é uma consolação no fracasso, como a de Marco Antonio sobre Cassio, no meio da derrota de Octaviano por Bruto. Finalmente no Canto X, estancias 48.<sup>a</sup> e 49.<sup>a</sup>, relembra exemplos da antiga historia grega, da persa e da franca, para opôr casos de magnanimidade de grandes chefes para com delitos amorosos à intransigente crueldade de Afonso de Albuquerque naquele episodio do enforcamento de um fidalgo militante das guerras da India, que se enredára de amores com uma escrava hindú, protegida pelo Capitão Mór.

E Fernão de Magalhães, o circumnavegador do globo terrestre; fecha o desfile heroico; e aparece-nos na profecia de Thetys em claro-escuro ou, visto que poesia também é musica, em “forte”, e em “piano”: portuguez no seu heroismo, mas desleal ao seu portuguesismo (X, 140.<sup>a</sup> e 141.<sup>a</sup>). A comparação do viver dos portugueses com o dos antigos obrigava a este verismo integral. E, no caso de Magalhães, tal era o critério da época: tudo que de grande se fizesse, deveria chegar ao patrimonio comum pelo veículo do sentimento pátrio ou da fidelidade ao seu rei.

\* \* \*

Se o lugar-comum da emulação com os antigos se converte no poema em tese poética de maior alcance no seu conteúdo e até na sua extensão cronológica, pois ali o convencimento da superação remonta além dos primórdios da nacionalidade, a Viriato e aos lusitanos, a conclusão da parada poetica será também mais vasta. O poema visará a demonstrar que o fóco dos sumos prestígios heróicos se deslocou da Antiguidade para Portugal. Não provará nada, porque poesia não é lógica e não ha medida segura para tais valores. Os antigos continuarão a ser o que eram; e os portugueses do seu grande século ficarão no que foram: frutos de um enigmático surto de poderoso personalismo. O que o poeta salientará de maneira irrefragavel, com o fundo histórico e realista de sua epopêa, ha-de ser a altura a que a vida humana subiu neste recanto occidental, os fastígios do heróismo e do sacrificio, os achados de reservas morais, de vontade e abnegação. Se a Renascença foi um súbito crescimento da vontade de ser homem em toda a sua potencia, este recanto do extremo ocidente foi-lhe bem fiel e compensou com essa fidelidade a carencia de iniciativa na exumação e revalorização da cultura antiga

— carencia aliás bem compreensível, pela distância geográfica e moral dos focos dessa cultura. E a tese de Camões, melhor, a demonstração poética de Camões ganha agora um aspecto polémico, ortodoxamente renascentista, porque envolve a primeira crítica ou o primeiro descredito confessado dos valores vitais dos antigos.

Crê-se frequentemente que fosse a “querella dos antigos e dos modernos”, iniciada em 1683-85 por Saint-Evremond e Fontenelle, o primeiro episódio da crise da hegemonia espiritual da Antiguidade. De certo modo o foi. Mas só no mundo calmo dos juízos críticos, racionais, metódicos, academicamente metódicos sobre os valores poéticos da Antiguidade. Charles Perrault, nome bem estimado da infancia de todos nós e o verbo principal dessa rebeldia, opunha “o século de Luiz o Grande” ao “século de Augusto”, os grandes nomes literários, coevos de Luiz XIV, aos grandes nomes literários, coevos do primeiro imperador de Roma. Quando estabelecia paralelos entre os antigos e os modernos, opunha nomes de poetas franceses a nomes de poetas gregos e latinos — entretanto o alvo da insurreição ampliára-se —, e mostrava crêr no desenvolvimento progressivo do espirito humano, sempre a capitalisar aquisições novas. Aproximava-se a “Aufklärung” com a sua confiança na intelligencia. Este movimento aquisitivo já negava o conceito estático ou absoluto da estética do século XVI. Só por êsse aspecto de objectividade racional a querela francesa tem significado relevante na história da crítica ou das ideas literárias. Só por êle, porque ataques irreverentes e tumultuosos, nada metódicos, já haviam sido feitos na mesma Itália, pátria primeira da renascida Antiguidade, e logo no século XVI, em pleno auge do entusiasmo.

Tinha que ser assim. Sendo a actividade crítica da Italia quinhentista rica e variada como em nenhuma outra literatura da Europa, essa tecla da rebeldia contra a Antiguidade também tinha de ser ferida. Mais a mais, havia um adversário poderoso contra os excessos dessa hegemonia, a Igreja Católica, pelo que tal hegemonia envolvia de amortecimento no fervor pela cultura cristã. Houve um longo duelo entre a renascente concepção estética da vida, segundo os antigos, e a concepção gótica elaborada ao longo da Edade Média. Leão X poderia simbolisar o momento de equilibrada conciliação entre as duas culturas — conciliação ainda reinante na mente de Camões, tardiamente fiel aos fulgores primevos da Renascença. E Savonarola representaria a raiva mística da reacção, mais papista que os próprios papas.

Ciro Trabalza, em sua eruditíssima história de *La Critica Letteraria nel Rinascimento (Secoli XV-VI-XVII)*, Milão, s. d., fala-nos com detença dêsses autores insurgentes contra a hegemonia literária dos antigos. Aretino num prologo de 1534 dizia coisas que os mestres modernos, como De Sanctis, Graf e K. Vossler, consideram antecipações do impressionismo do seculo XIX. Francesco Berni, em 1537, no seu *Dialogo contro i poeti*, chegava a chamar, entre muitas outras finezas dêste jaez, ladri aos antigos; e exemplificava com Vir-

gilio, que de sete coisas que dizia, seis eram alheias . . . Ortensio Landò, que a si mesmo se designava como “flagelo dos poetas”, não poupou nenhum nome, desde Homero ao seu quasi contemporâneo, Boccaccio. As suas obras de caracter panfletario, *Cicerus relegatus* . . ., de 1534, *Paradossi*, de 1543, e *Sferza di scrittori antichi e moderni*, de 1550, fazem época no processo contraditório da avaliação dos autores antigos, e abriram o caminho ao reconhecimento da literatura nacional italiana. E também exerceram influencia fóra da Italia, pois logo surgiu uma imitação francesa, os *Paradoxes contre les lettres*, de Jean Tournes.

Tudo isto, porém, na Italia quinhentista e na França seiscentista, era disputa interna de conventículo literário. O que os portugueses, tanto os heróis de carne e osso, como os poetas com o seu mundo de palavras, iam comparar, era vida com vida e opôr às navegações mediterrâneas dos antigos as navegações dos grandes oceanos desconhecidos desde Lisboa até ao Extremo Oriente; á conquista da Italia, da Gallia, da Hispania e da Germania as travessias de novos continentes e a fundação de novo império. O paralelo era bem mais ousado, porque opunha às dos antigos novas dimensões da vida e novas estaturas dos homens. Aqui é que estava a grande novidade real e conseqüente grande novidade poética do canto de Camões.

Enquanto os italianos faziam critica literária para julgar os antigos, nesse processo da sua avaliação, os portugueses prosseguiram a sua campanha, não contra os valores poéticos da Antiguidade e não por descomposturas panfletárias, nem por análises objectivas, tais as dos académicos franceses do século immediato, mas por meio da competição activa, quasi desportiva. Um desafio de séculos para matar os mortos redivivos na geral estimação, para sufocar os velhos valores vitais com os seus novos valores vitais. Esta confiança para construir novos valores heróicos é a grande originalidade do conceito da vida dos portugueses do século XV-XVI, um conceito audaciosamente optimista sobre as possibilidades da natureza humana, sem excluir certa prudencia observadora sobre as tendencias da condição média. E este conceito, implicito na acção de alguns grandes homens, acêrca das novas e poderosas virtualidades do character humano dá à época e ao poema camoneano um sentido filosófico — de certa filosofia antropológica ou antropofila, que se compraz mais em entender o homem do que em desenhar o universo em que a sua miseria se perde pela desproporção.

Se Beethoven deve ser mencionado na historia da filosofia (4), com razão maior que Ricardo Wagner, o épico português terá de ser lembrado também com relevo na história das ideias sobre a condição humana e o valôr da vida. Ninguém expressou melhor a renovação ou o crescimento do homem nêsse grande século. Alguns críticos alemães negaram a existencia de uma Renascença na península ibérica. Vossler deu-se ao trabalho de lhes responder, em 1930, nas con-

(4). V. A angústia da ventura (À margem da sétima sinfonia de Beethoven), in Um coleccionador de angústias.

ferencias publicadas sob o título de *Bedeutung der süssischen Kultur für Europa*. Tais críticos só consideram o aspecto restaurador da Antiguidade e o aspecto intelectual, artístico e científico, do fenómeno Renascença. Estes aspectos são, em verdade, quasi um monopolio glorioso da Italia. Mas êle teve tambem o aspecto humano, a transformação da maneira de empregar e encher a vida. O culto da perigosa divindade da Glória foi dêste lado exercido no seu predominante aspecto de acção heróica em dimensões de prodigio, ainda que em prejuizo do aspecto cultural. Ou melhor, a ciência, a arte, o pensamento filosófico foram subordinados a essa concepção heróica. Já recordei a influência determinadora do heroismo sobre a criação científica, assim toda impregnada de preocupação pragmática, portanto muito distante da pura especulação (V. *A Épica portuguesa no seculo XVI*, pags. 171 - 195). Por isso tambem, a história da filosofia ou do espirito filosófico em Portugal não pode ser personificada totalmente em umas tantas figuras de pensadores individuados e tratadistas militantes ou profissionais — como ainda recentemente a descreveu numa luxuosa obra de propaganda um illustre professor de Lisboa; tem de ser procurada e desencantada onde ela estiver, inclusive na poesia, como fez Menéndez y Pelayo em Hespanha, com as ideas estéticas, e já começou a fazer em Portugal um investigador alemão com as ideas filosóficas (5).

Ora, nos *Lusiadas* está desenhada com sumo relevo poetico a posição filosófica dos herois da Renascença ante a acção e a totalidade da vida. Pode um historiador das ideas sôbre o valor da vida esquecer quem expressou de maneira suprema os conceitos heroicos do valor da vida, segundo a consciência de um homem do primeiro plano social nos decénios gloriosos da Renascença?

E uma das razões do interesse filosófico dos *Lusiadas* parece-me que é precisamente o que foi tido por um grave senão pela crítica dos séculos clássicos: a presença da visão mitológica do mundo, ao lado da repetida confissão da fé cristã. A mitologia é ainda um grande valor do patrimonio humano, está mais viva hoje que a própria filosofia helénica. Devia ser estudada como disciplina autónoma nas universidades, não por ser um instrumento auxiliar da compreensão dos textos antigos, sim por ser uma global expressão estética e teológica de uma imagem do mundo, que não morre de todo, porque encerra elementos eternamente humanos.. Camões exemplificou a utilidade funcional e vivaz dessa imagem do mundo, do pequeno mundo antropomorfisado.

De resto, parece-me quase um truismo defender o direito das obras de arte á consideração da história da filosofia. Todas elas expressam anêlos de totalisação de intuições e juizos ou de constituição de imagens do universo e da vida. E tal sincretismo e tal avaliação são direcções do espirito eminentemente filosóficas. Natural é

(5). Já foi um ganho ver mencionado na referida obra o nome de Francisco de Holanda, que foi um simples teórico da pintura, mas que não deixou de ter suas idéas filosóficas.

que só de grandes alturas se destinga esse caracter panoramico: da Comedia de Dante, do Juizo Universal de Miguel Angelo, da Sinfonia coral de Beethoven. Mas toda a verdadeira arte exemplifica esse esforço de capitalisar e ordenar experiencia para a julgar. Bastaria a presença de um quadro de valores como norma de juizo para lhe dar interêsse filosófico.

Estas eram as coisas que já devêra ter dito naquêle grosso volume, redigido aos trancos e barrancos... Coisas que não são destituidas de sua utilidade prática, porque as "lendas da India" são para a educação e para a política dos portuguezes o que é para os hespanhois a figura de Filipe II, com as decorrentes atitudes morais de filipisação e desfilipisação.

São Paulo, Brasil, Junho de 1950.

*FIDELINO DE FIGUEIREDO*

Professor de Literatura Portuguesa (U. S. P.)